

## **ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DEPARTAMENTAL DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO.**

Aos 11 dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta e seis minutos, reuniram-se remotamente os membros da Assembleia Departamental DCOMP, via ferramenta Google Meet, sob a presidência do Prof. Daniel Ludovico Guidoni. Estavam presentes ainda os seguintes professores: Alexandre Bittencourt Pigozzo, Carolina Ribeiro Xavier, Charles Figueredo de Barros, Daniel Luiz Alves Madeira, Dárlinton Barbosa Feres Carvalho, Elder José Reioli Cirilo, Elverton Carvalho Fazzion, Fernanda Sumika Hojo de Souza, Flávio Luiz Schiavoni, Jonathan Esteban Arroyo Silva, Leonardo Chaves Dutra da Rocha, Marcos Antônio de Matos Laia, Matheus Carvalho Viana, Michelli Marlane Silva Loureiro, Milene Barbosa Carvalho, Rafael Sachetto Oliveira, Sofia Larissa da Costa Paiva, Vinícius da Fonseca Vieira e Vinícius Humberto Serapilha Durelli. O teto de duração da reunião foi definido para às 15:36. A professora Elisa justificou sua ausência por já ter uma reunião previamente agendada e o prof. Edimilson justificou sua ausência por motivos de saúde. Em seguida, o presidente verificou a necessidade de modificações na pauta e nenhuma alteração foi sugerida. A pauta foi aprovada sem alterações. O prof. Daniel Guidoni apresentou os seguintes informes: i) na reunião da Congregação, foi informado que a Universidade adquiriu uma biblioteca virtual e que ela está sendo pouco aproveitada pela comunidade acadêmica. Além disso, a Universidade está discutindo a criação de um edital sobre vagas remanescentes que ainda não foram alocadas na instituição. Na proposta atual, apenas unidades acadêmicas com carga horária média superior a 10h/aulas poderão concorrer no edital. Foi informado sobre a dificuldade de aferição da carga horária, uma vez que existem disciplinas que são divididas em várias turmas e disciplinas com poucos alunos. O prof. Daniel também informou que a resolução para eleição de coordenadores de curso está em revisão pela Congregação; ii) sobre o Conselho Superior, a profa. Fernanda informou que as comissões nomeadas pelo CONSU estão em andamento e que a comissão sobre concursos vai apresentar uma minuta de resolução para flexibilizar os concursos da UFSJ, já que vários concursos que estavam abertos foram suspensos por causa da pandemia, além dos novos concursos. A professora relatou que o Reitor também fez esclarecimentos sobre a vacinação, informando que a educação superior vai ser contemplada em breve. O Relatório de Gestão da UFSJ do ano de 2020 indicou que a extensão na universidade quase não foi executada, entretanto, vários conselheiros mencionaram que possuem projetos de extensão em andamento. Foi sugerido o uso de algumas ferramentas para possibilitar mais transparência na Universidade, com o objetivo de se saber o que cada docente está fazendo de atividades. Foram mencionadas a ferramenta SOMOS e o Scriptlattes na geração das atividades realizadas. A profa. Fernanda também informou que a FUNDEP está como uma fundação de apoio a UFSJ, sendo necessária a renovação de seu credenciamento anualmente. Nesse ponto, um conselheiro sugeriu a abertura de uma audiência pública onde as pessoas pudessem se manifestar sobre a FAUF. Mesmo sabendo que a Universidade não pode fazer repasse financeiro, talvez exista alguma alternativa para reerguer a Fundação. Segundo o Reitor, enquanto a auditoria estiver no Ministério Público a Universidade não pode interferir; iii) A profa. Carolina, que está participando da comissão de retomada das atividades presenciais, esclareceu que a comissão não é a favor do retorno imediato das atividades presenciais. A comissão quer fazer um documento/protocolo para a retomada consciente e gradual, e que os questionários enviados para os funcionários da universidade tiveram como objetivo ouvir a comunidade acadêmica para a criação da proposta do protocolo de retomada das atividades no momento oportuno e seguindo critérios do “Minas consciente” do governo estadual. A profa. ressaltou que a comissão não

quer atropelar a pandemia e colocar os funcionários da universidade em risco e que a proposta ainda será apreciada pelo CONSU. O prof. Daniel Madeira informou que 5 lâmpadas em salas do DCOMP estavam caídas e que o Douglas eletricitista já colocou as lâmpadas no lugar. Finalmente, o prof. Leonardo manifestou questões relacionadas às quedas constantes de energia no DCOMP/CTAN, e sugeriu que o DCOMP enviasse uma mensagem para os órgãos competentes da UFSJ solicitando informações e posicionamentos sobre a subestação elétrica no CTAN. O prof. Leonardo também solicitou que a representante do DCOMP no CONSU comentasse na reunião do Conselho Superior sobre o problema recorrente da rede elétrica do CTAN, uma vez que o DCOMP precisa de uma resposta formal sobre esse assunto. Ficou decidido que o DCOMP enviará um memorando para a administração da Universidade e que a profa. Fernanda irá fazer um informe na próxima reunião do Conselho Superior sobre essa questão. Com o fim dos informes, o presidente deu início aos itens de pauta. **ITEM 01 - Aprovação da ata da 94ª reunião ordinária da Assembleia Departamental do DCOMP. Interessado DCOMP. Relatora: Fernanda Sumika.** A relatora descreveu os documentos recebidos e sua análise dos mesmos, votando a favor da aprovação da ata. O voto foi aprovado por unanimidade. **ITEM 02 - Indicação de um docente do DCOMP para atuar como tutor da Linked Jr.** O prof. Daniel Guidoni informou que a portaria que designava o tutor da Linked Jr. se encerrou em 31 de outubro de 2020. Após nenhuma manifestação de interesse dos docentes do DCOMP, o prof. Charles informou que poderia continuar como Tutor da Linked Jr, o que foi aceito por todos os professores. **ITEM 03 - Aprovação do calendário de reuniões para o ano de 2021. Interessado: DCOMP. Relator: Daniel L. Guidoni.** O prof. Daniel Guidoni indicou a primeira sexta-feira de todos os meses do ano de 2021 para a realização das reuniões ordinárias do DCOMP, exceto no mês de setembro, que, por motivo de possíveis férias de docentes, a reunião foi marcada para o dia 17. As datas indicadas foram: 02/07/2021, 06/08/2021, 17/09/2021, 01/10/2021, 05/11/2021 e 03/12/2021. O voto foi aprovado por unanimidade. **ITEM 04 - Aprovação de Projeto de Iniciação Científica. Interessado: Charles de Barros. Relator Alexandre Pigozzo.** O prof. Alexandre descreveu os documentos recebidos e, após relatar a análise realizada, sugeriu a aprovação do projeto intitulado “Implementação em software de funções hash criptográficas” a ser realizado de junho de 2021 a maio de 2022. A assembleia aprovou o voto do relator por unanimidade. **ITEM 05 - Aprovação do edital do Concurso de Cálculo Numérico. Interessado: DCOMP. Relator: Vinicius Vieira e Comissão específica.** Antes de começar a discussão do item, o prof. Daniel Madeira informou que o prof. Jonathan não deveria participar da discussão deste item. O prof. Matheus Viana questionou sobre o referido professor já ter visto a proposta de edital na última reunião, configurando uma vantagem em relação aos outros candidatos. Os profs. Vinicius Vieira e Daniel Guidoni opinaram que, se ele não participasse e interferisse na aprovação do edital, não configuraria benefício, uma vez que as atas das reuniões são públicas. A profa. Carolina esclareceu que os tópicos do concurso são o livro de Cálculo Numérico. A profa. Fernanda mencionou que os referidos tópicos também serão divulgados no edital. Após esse debate, o prof. Jonathan se retirou da reunião remota até o fim da discussão deste item da pauta. O prof. Vinicius Vieira iniciou a discussão de seu relato informando que a vacância do cargo se dá em virtude de aposentadoria, a área do concurso é descrita como “Cálculo Numérico” e que o regime de trabalho é de 40 horas semanais com Dedicção Exclusiva. Informou que a titulação exigida é uma questão que a Assembleia deveria decidir, mas que iria iniciar a discussão com a titulação exigida sendo o doutorado, com graduação ou doutorado em Ciência da Computação. O local das inscrições foi definido como a secretaria do departamento e que o

concurso seria composto de quatro etapas: 1) Prova escrita; 2) Prova didática; 3) Prova de títulos; 4) Prova de defesa do Plano de Trabalho. A ementa do concurso foi composta de temas tradicionalmente abordados em concursos da área de Cálculo Numérico e Métodos Numéricos e que os temas do concurso foram agrupados em pares, de forma que haja um equilíbrio no nível de dificuldade entre os temas. Os critérios para avaliação da prova escrita, didática e de títulos foram distribuídos de maneira equilibrada e coerente com os critérios estabelecidos em concursos anteriores realizados no âmbito do DCOMP. Além desses, os critérios para avaliação do Plano de Trabalho foram distribuídos de maneira equilibrada. Então, o prof. Vinicius iniciou a discussão sobre três pontos importantes: Titulação exigida, considerações sobre os pontos da prova de títulos e sobre o plano de trabalho. O prof. Vinicius mencionou que entrou em contato com a Universidade e que o departamento pode usar a expressão “ou” na titulação exigida, desde que o edital seja claro e sem ambiguidade. A profa. Michelli fez uma discussão ampla sobre a área do concurso e do perfil do candidato esperado, onde a graduação exigida pudesse ser ampla com alguma limitação no doutorado. O prof. Vinicius mencionou que, em conversa com a Universidade, o Departamento tem autonomia para fazer o que achar mais correto em relação às áreas de formação e áreas afins. O prof. Élverton mencionou que existe um curso na UFMG chamado de Matemática Computacional, mesmo nome do concurso em discussão, que não seria contemplado se a exigência da titulação for muito restrita. O prof. também chamou atenção sobre a quantidade de candidatos e o prazo para correção das provas, uma vez que podem aparecer muitos candidatos. O prof. Daniel Madeira mencionou que, se a titulação exigida for muita ampla, o DCOMP poderia ir contra ao discurso utilizado para trazer a vaga para o DCOMP. A profa. Michelli mencionou que a discussão sobre esta vaga não concluiu que “Cálculo Numérico” é da Computação, mas que os cursos nos quais a disciplina é ofertada querem um formato mais computacional em Cálculo Numérico/Métodos Numéricos. O prof. Alexandre mencionou que ao fechar a graduação ou doutorado em Ciência da Computação poderia limitar a inscrição de excelentes candidatos. O prof. Daniel Guidoni mencionou a dificuldade de propor a exigência uma vez que os cenários possuem vantagens e desvantagens e indicou que a titulação exigida pudesse ser intermediária, incluindo Ciência da Computação ou Sistemas de Informação ou Engenharia da Computação ou Modelagem Computacional. O prof. Daniel Guidoni informou que iria se ausentar da reunião e que a profa. Milene iria conduzir o restante da reunião. O prof. Daniel saiu da reunião às 14:44h. O prof. Vinicius Vieira ponderou a importância de contemplar ambos cenários discutidos e fez uma proposta de encaminhamento com “graduação em Ciência da Computação e áreas afins”, e que o Departamento iria avaliar as áreas afins dos inscritos. A profa. Carolina ponderou que deixar para o Departamento deliberar sobre áreas afins não seria impessoal após o recebimento das inscrições e que o edital deveria listar a titulação exigida. O prof. Marcos sugeriu a inclusão de cursos que de alguma forma são computacionais, como Física Computacional, Matemática Computacional entre outros cursos. A profa. Milene listou três possibilidades para a titulação exigida: 1) não restringir a titulação; 2) limitar com “Computação e áreas afins”; e 3) listar a titulação exigida. Em votação, nenhum professor se mostrou a favor da opção 1 e o prof. Leonardo Rocha se absteve na votação. Em uma segunda votação, Os profs. Marcos, Dárlinton, Daniel Madeira, Vinícius Durelli e Élverton votaram a favor para a opção 2, o prof. Leonardo se absteve e os demais foram a favor da opção 3. Às 14:59h o prof. Leonardo informou que iria sair da reunião por alguns minutos para atender um aluno que já estava marcado. A lista de áreas sugerida foi: Ciência da Computação, Engenharia Computacional, Modelagem Computacional, Matemática Computacional, Física Computacional. Em votação, um

professor se absteve. Após isso, foi realizada a votação para verificar a inclusão do curso de Engenharia da Computação, com abstenção de quatro professores, um voto a favor e os demais professores contra a inclusão do referido curso. Após a decisão sobre a titulação, o prof. Vinicius iniciou a discussão sobre a prova de títulos, onde propôs o seguinte encaminhamento: 1) utilizar a estratificação do Qualis da Computação na avaliação de artigos ou 2) ter Qualis em Computação e/ou JCR. A profa. Milene propôs a alteração da opção 1 para ter a estratificação, mas com o Qualis amplo. O prof. Dárlinton sugeriu que o documento do Qualis a ser considerado fosse anexado ao edital para não restar dúvidas sobre a pontuação. O prof. Élverton mencionou que a tabela de pontuação pode gerar dúvidas e um trabalho publicado em conferência pode ser pontuado em dois lugares. A profa. Milene propôs que a produção técnica tivesse um limite máximo de 10 pontos, em consonância com outros itens. Mencionou também que o item de premiação não menciona a pontuação. Foi decidido que a pontuação sobre prêmios iria ser removida do edital. Por fim, o prof. Vinicius leu o entendimento da Universidade sobre a etapa de plano de trabalho. A profa. Fernanda questionou que, diante da pandemia e do formato que a UFSJ irá definir para a realização dos concursos, ter uma etapa a mais poderia dificultar a sua realização. Além disso, esta etapa poderia ser um pouco artificial, uma vez que um candidato fora da área pode ser aprovado e dificilmente ele irá desenvolver o projeto em Cálculo Numérico. O prof. Vinicius ponderou que esta etapa é importante para verificar a habilidade do candidato em propor/developar um projeto de pesquisa/ensino. A profa. Carolina mencionou que participou como avaliadora em um concurso e que achou relevante esta etapa. Sobre o concurso, foi esclarecido que o nome previamente definido e aprovado no Conselho Superior é de “Cálculo Numérico”. Às 15:31 e o prof. Vinicius Durelli informou que teria que se ausentar da reunião. Em regime de votação, um professor votou contra a aprovação do edital do concurso de Cálculo Numérico e um professor se absteve. O conteúdo do concurso de Cálculo Numérico discutido em reunião, presente nos arquivos da pasta compartilhada do DCOMP e aprovado pela assembleia é: Nome: Cálculo Numérico. Titulação exigida: Graduação ou Doutorado em Ciência da Computação, Engenharia Computacional, Modelagem Computacional, Matemática Computacional e Física Computacional. Concurso com as etapas de Prova Escrita (Eliminatória), Prova Didática (Eliminatória), Prova de Títulos (Classificatória) e Prova de Defesa de Plano de Trabalho (Classificatória). Os temas definidos foram: métodos diretos para solução de sistemas lineares e métodos numéricos para resolução de equações diferenciais ordinárias, métodos iterativos para solução de sistemas lineares e métodos numéricos para a resolução de problemas de autovalores, métodos numéricos para solução de sistemas não-lineares e métodos diretos para solução de sistemas lineares, interpolação e método das diferenças finitas para equações diferenciais parciais, integração numérica e método dos elementos finitos para equações diferenciais parciais, aproximação por mínimos quadrados e métodos numéricos para resolução de equações diferenciais ordinárias, método dos elementos finitos para equações diferenciais parciais e estrutura de dados para matrizes esparsas e seus algoritmos, métodos iterativos para solução de sistemas lineares e método das diferenças finitas para equações diferenciais parciais, aproximação por mínimos quadrados e estrutura de dados para matrizes esparsas e seus algoritmos, métodos numéricos para solução de sistemas não-lineares e métodos numéricos para a resolução de problemas de autovalor. Será anexado ao edital do concurso o documento do Qualis atual e com a nova estratificação no momento da abertura e divulgação do edital. Chegando ao teto da reunião, a profa. Milene propôs a extensão de 30 minutos, o que foi aprovado pela assembleia. **ITEM 06 - Discussão sobre implementação de projeto de pesquisa no âmbito do DCOMP. O**

prof. Elverton mencionou a possibilidade de simplificação do processo para aprovação de projetos de IC no Departamento, sendo possível a aprovação de um projeto de pesquisa sem um plano de trabalho do aluno. Após o aluno ter realizado a iniciação científica, o professor e o aluno preencheriam um formulário/relatório para a apreciação da assembleia. O Orientador ficaria responsável em avaliar e validar o trabalho do aluno. A profa. Carolina informou que o processo de iniciação científica voluntária no âmbito do departamento deve seguir uma resolução específica (Nº 18 de 2016 do CONEP). O prof. Daniel Madeira questionou se seria possível aprovar o projeto de pesquisa e posteriormente anexar o plano de trabalho de cada aluno. A profa. Fernanda questionou a possibilidade de aproveitar o projeto aprovado na PROPE (PIBIC e PIIC) como corpo e somente o plano de trabalho seria avaliado pelo departamento. A profa. Milene mencionou que os projetos da PROPE envolvem projetos para um aluno apenas, não permitindo o seu aproveitamento para mais alunos. A profa. Carolina informou que a indicação feita pelo Daniel Madeira pode se encaixar na resolução da Universidade. A profa. Milene encaminhou para a assembleia a criação de uma instrução normativa no âmbito do DCOMP que será apreciada na próxima reunião ordinária. Às 15:47h a prof. Fernanda informou que iria se ausentar da reunião. Antes da discussão do ITEM 7 o prof. Leonardo retornou para a reunião. **ITEM 07 - Discussão sobre o plano de trabalho dos docentes do DCOMP.** A profa. Sofia iniciou a discussão contextualizando que a comissão verificou como outras instituições implementam o plano de atividade dos docentes e foi verificado que este plano é comum em muitas instituições de ensino superior e é possível encontrar vários planos de trabalho como exemplo na internet. A profa. destacou que o plano de trabalho é diferente do plano de estágio probatório, onde a ideia do plano de atividades é fazer um planejamento quantitativo das horas das atividades que os docentes realizam ao longo de algum período, como atividades de ensino, pesquisa, extensão, atividades administrativas ou de representação etc. Também foi destacado que a UFSJ não possui uma regulamentação institucional, mas que o regimento do Departamento de Ciência da Computação menciona que uma das competências do Chefe de Departamento é orientar os docentes na elaboração do plano de atividade docentes, submeter o plano de atividades a assembleia e acompanhar a execução do plano de atividades. A profa. Sofia informou que a comissão elaborou uma proposta inicial, onde o docente pudesse ficar mais à vontade em escolher algumas opções no preenchimento com o objetivo de um preenchimento simples e rápido. A profa. mostrou e explicou a proposta do plano de atividades e suas tabelas, destacando a carga horária semanal de cada atividade enumerada nas planilhas. A profa. destacou que o objetivo da planilha não é avaliar o mérito das atividades que os professores estão realizando, mas que os docentes possam descrever as atividades realizadas em termos de horas, onde o somatório deve ficar em torno das 40 horas semanais. A profa. também destacou que o horário de realização das atividades é um campo opcional. O Prof. Daniel Madeira sugeriu uma simplificação da tabela para conter apenas os campos mais abrangentes. A profa. Milene informou que a comissão considerou esta forma, entretanto, as descrições mencionadas na proposta auxiliam o preenchimento das atividades. O prof. Daniel Madeira ponderou sobre a criação do plano em períodos bi- anuais ou trianuais para facilitar o planejamento do Departamento no longo prazo, incluindo afastamentos. A profa. Milene informou que este também foi um ponto considerado pela comissão, mas que um período maior pode dificultar o planejamento das atividades que serão realizadas. A comissão sugeriu que, em um primeiro momento, um plano de atividades semestral iria facilitar a sua criação, e que ao longo do tempo o Departamento poderia fazer adaptações no plano. A profa. Sofia ponderou que é comum em outras instituições a criação de plano de trabalho

mais curtos e, considerando prazos mais longos, seria difícil mensurar as orientações de POC ou carga horária exata de disciplinas, por exemplo. O prof. Leonardo questionou qual era o objetivo do plano de trabalho, se era algo para ser cobrado do docente posteriormente ou se era algo para cumprir o regimento da universidade. A profa. Milene informou que além de uma questão regimental, o plano de atividade iria documentar e organizar as atividades realizadas pelos docentes. A profa. ponderou que a proposta do plano de atividades não tem como objetivo a cobrança do cumprimento das atividades, onde o RADOCC é o instrumento utilizado na Universidade para cadastrar as atividades realizadas pelos professores. O prof. Leonardo ponderou que o RADOCC já registra as atividades realizadas pelos docentes e que não seria interessante engessar a descrição das atividades pelo plano de atividades. Para questões de registro, acompanhamento, planejamento e divulgação, as atividades são preenchidas no RADOCC. O prof. também ponderou que a questão da contabilização das horas possui problemas, uma vez que os docentes trabalham mais do que 40 horas, onde o planejamento de mais de 40 horas pode trazer problemas. Indicou também que as tabelas do plano apresentado poderiam ser utilizadas como um guia para o preenchimento do plano. A profa. Milene ponderou que o RADOCC é um relatório do passado e que a ideia do plano de trabalho é a definição do que o docente gostaria de fazer no futuro. Após algumas discussões sobre o plano de trabalho, a profa. Milene informou que o teto da reunião foi atingido e que quem pudesse, a discussão sobre o plano poderia acontecer após o término da reunião. Nesse momento, ela deu por encerrada a reunião às 16:33 e eu, Daniel Ludovico Guidoni, lavrei esta ata, a qual, após lida e aprovada, será assinada por todos. São João del-Rei, 11 de junho de 2021.